

**Senhores Acionistas:** Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Randon S/A relativas ao semestre findo em 30 de Junho 2015, acompanhadas das notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Randon S/A permanecerá com foco no financiamento da cadeia de negócios das Empresas Randon, disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades BNDES Finame, CDC, Floor Plan e Vendor, e empréstimos na modalidade Capital de Giro e Desconto de Recebíveis. Estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos adicionais que julgarem necessários.

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2015 e 2014 - (Em milhares de Reais)			
	Nota	2015	2014
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>		273.011	258.699
<b>Disponibilidades</b>		34	16
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez 4</b>		14.715	17.080
Aplicações no mercado aberto		14.715	17.080
<b>Títulos e valores mobiliários 5</b>		23.456	20.973
Carteira própria		23.456	20.973
<b>Relações Interfinanceiras</b>		30	12
Créditos vinculados		29	12
Relações com correspondentes		1	-
<b>Operações de crédito</b>		228.777	219.250
Setor privado		6a 232.733	220.683
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvidosa		6b (3.956)	(1.433)
<b>Outros créditos</b>		5.957	1.342
Outros créditos diversos		7 5.957	1.342
<b>Outros valores e bens</b>		42	26
Despesas antecipadas		42	26
<b>Realizável a longo prazo</b>		203.556	199.180
<b>Operações de crédito</b>		201.528	198.136
Setor privado		6a 204.435	199.431
Prov. p/ oper. de crédito de liquid. duvidosa		6b (2.907)	(1.295)
<b>Outros créditos</b>		2.028	1.044
Outros créditos diversos		7 2.028	1.044
<b>Permanente</b>		437	508
<b>Imobilizado de uso</b>		8 339	364
Imobilizado de uso		663	660
Depreciações acumuladas		(324)	(296)
<b>Intangível</b>		98	144
Intangível		293	283
Amortizações acumuladas		(195)	(139)
Total do ativo		477.004	458.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional:** O Banco Randon S.A. ("Banco") foi constituído em 26 de outubro de 2009 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010. O Banco está autorizado a operar com as carteiras comercial, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas empresas Randon no tocante a repasses de crédito BNDES-FINAME, crédito ao consumidor (CDC), financiamentos e empréstimos de capital de giro. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Banco Central do Brasil até o momento. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 21 de Agosto de 2015. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** **a. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. **b. Apuração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro-rata dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. **c. Caixa e equivalentes de caixa - Demonstração dos fluxos de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. **d. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes aos períodos futuros. **e. Títulos e valores mobiliários:** De acordo com a Circular n.º 3.068 de 08 de novembro de 2001 do BACEN e regulamento complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilidade: **(i) Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativamente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; **(ii) Títulos disponíveis para a venda** - Que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta de resultado do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e **(iii) Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **f. Operações de crédito:** Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00. As operações de crédito prefixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução n.º 2.682/99 do CMN. **g. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A análise para perdas com operações de crédito é fundamentada na provisão das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo Bacen nas Resoluções CMN n.º 2.682/99 e n.º 2.697/00, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer e reclassificação da operação para categoria de menor risco. **h. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando perdidas. **i. Imobilizado de uso:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 8, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens. **j. Intangível:** Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de software) que tem por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco. Estão demonstrados aos valores de custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 20% a.a., pelo método linear. **k. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **l. Depósitos a prazo:** Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer. **m. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** De acordo com a Resolução CMN n.º 3.823/2009: **a.** Ativos contingentes - São reconhecidos ape-

nas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **\* Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. **n. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes):** Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata dia") e incorridos, assim como, provisão para perda, quando julgada necessária. **o. Créditos tributários, impostos e contribuições:** As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social, às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente. A realização desses créditos tributários ocorrerá quando da realização das provisões constituídas e pela geração de lucros tributáveis, observando, para prejuízo fiscal e base negativa, o limite de 30% do lucro real do período-base. Estes créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. **p. Resultado de exercícios futuros:** Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos. **q. Resultado por ação:** O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **r. Estimativas:** Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pela menos anualmente. **s. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco é patrocinador de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 - Benefício a Empregados. Os custos de patrocínio de plano de pensão do Banco são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições. **4. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

	2015	2014
Operações Compromissadas		
Até 30 dias		
Posição Bancada		
Letras do Tesouro Nacional	14.715	17.080
	14.715	17.080

**5. Títulos e valores mobiliários**

	2015		2014	
	Até 12 Meses	Acima de 12 Meses	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Títulos para negociação</b>				
Letras finance. do tesouro (LFT)	7.597	15.859	23.456	20.973
	7.597	15.859	23.456	20.973

	2015		2014	
	% sobre total da carteira	RS	% sobre total da carteira	RS
Empréstimos (a)	22.737	5,20	13.643	3,25
Títulos descent.	7.045	1,61	8.017	1,91
Financiamento (b)	407.386	93,19	398.454	94,84
Total	437.168	100,00	420.114	100,00
Circulante	232.737	53,24	220.683	52,53
Realiz. a longo prazo	204.431	46,76	199.431	47,47
Total	437.168	100,00	420.114	100,00

	2015		2014	
	% sobre total da carteira	RS	% sobre total da carteira	RS
Vencidos:				
Até 90 dias	6.404	1,46	5.021	1,20
De 91 até 360 dias	130.247	29,80	132.393	31,51
Acima de 361 dias	96.082	21,98	83.269	19,82
Total	204.435	46,76	199.431	47,47
Total	437.168	100,00	420.114	100,00

	2015		2014	
	% sobre total da carteira	RS	% sobre total da carteira	RS
Principal devedor	10.566	2,42	12.603	3,00

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)						
	Nota	2015	2014	Reserva de lucros		
				Capital social	Legal	Ajustes de avaliação patrimonial
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>						
Lucro líquido do semestre		75.000	92	1.311	-	76.403
Dividendos complementares AGO 14/04/2014 (Nota 15b)		-	-	(87)	-	(87)
Destinação:						
Reserva legal		-	177	-	-	(177)
Reserva geral de lucros		-	-	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>						
75.000		269	1.224	-	-	3.369
75.000		410	5.761	3	-	81.174
Destinação:						
Reserva legal		-	142	-	-	(142)
Reserva geral de lucros		-	-	-	-	-
75.000		552	4.249	3	-	2.702
75.000		410	5.761	3	-	81.174

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos resultados**

	Semestres findos em 30 de junho de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)		
	Nota	2015	2014
<b>Receitas da intermediação financeira</b>		22.197	18.726
Operações de crédito		19.902	16.542
Result. de oper. com títulos e val. mobiliários		2.295	2.184
<b>Despesas da intermediação financeira</b>		(11.927)	(7.860)
Operações de captação no mercado		(5.180)	(4.544)
Operações de empréstimos e repasses		(3.590)	(2.419)
Prov. para créditos de liquidação duvidosa		(3.157)	(897)
<b>Result. bruto da intermediação financeira</b>		10.270	10.866
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>		(5.679)	(5.098)
Receitas de prestação de serviços		64	156
Renditas de tarifas bancárias		47	733
Despesas de pessoal		(3.149)	(3.218)
Outras despesas administrativas		(17)	(2.376)
Despesas tributárias		(679)	(657)
Outras receitas operacionais		66	66
Outras despesas operacionais		(22)	(28)
<b>Resultado operacional</b>		4.591	5.774
<b>Resultado não operacional</b>		-	6
<b>Result. antes da tributação sobre o lucro</b>		16 4.591	5.774
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		(1.747)	(2.228)
Provisão para imposto de renda		16 (1.845)	(1.678)
Provisão para contribuição social		16 (1.173)	(1.066)
Ativo fiscal diferido		16 1.271	516
<b>Lucro líquido do semestre</b>		2.844	3.546
<b>Quant. de ações do capital social por lote de mil ações</b>		79.646	79.646
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>		0.036	0.045

As notas explic. são parte integrante das demonstr. financeiras.

	2015		2014	
	RS	% sobre total da carteira	RS	% sobre total da carteira
20 maiores deved. seguintes	106.717	24,41	97.932	23,31
Demais devedores	319.885	73,17	309.579	73,69
Total	437.168	100,00	420.114	100,00

**d. Composição da carteira por nível de risco**

Nível de risco	2015		2014	
	Percent. de prov. cart.	Valor da prov. RS	Percent. de prov. cart.	Valor da prov. RS
AA	0,0%	17.340	-	29.334
A	0,5%	320.288	1,601	343.978
B	1,0%	60.998	610	30.964
C	3,0%	29.624	889	14.998
D	10,0%	683	68	516
E	30,0%	6.437	1.931	19
F	50,0%	50	25	160
G	70,0%	31	22	113
H	100,0%	1.717	1.717	32
Total		437.168	6.863	420.114

	2015		2014	
	RS	%	RS	%
Saldo inicial	5.058	2,157	5.058	2,157
Constituição de provisão	7.628	1,884	7.628	1,884
Reversão de provisão	(4.551)	(1,088)	(4.551)	(1,088)
Créditos baixados contra prejuízo (a)	(1.722)	(0,41)	(1.722)	(0,41)
Saldo final	6.863	2,728	6.863	2,728

**g. Em 30 de junho de 2015 e 2014 não ocorreram recuperações de créditos anteriormente baixados como prejuízo. h. No semestre findo em 30 de junho de 2015 foram renegociadas operações no total de R\$ 21.900 (R\$ 5.668 em 2014). 7. Outros créditos - Diversos**

	2015		2014	
	RS	%	RS	%
Créditos tributos de impostos e contrib. (Nota 16)	3.929	0,91	3.929	0,91
Adiantamentos diversos (a)	115	0,03	115	0,03
Devedores diversos - Pais (b)	3.941	0,91	3.941	0,91
Total	7.985	1,83	7.985	1,83

**8. Imobilizado de uso**

	2015		2014	
	Custo Deprec. corrig.	acum. Liq.	Custo Deprec. corrig.	acum. Liq.
Móveis e utens. e instalações	262	(116)	146	172
Equipamentos de informática e sistemas de processamento	178	(160)	18	51
Sistemas de transporte	183	(32)	151	113
Outras imobilizações	40	(24)	28	10
Total	663	(324)	339	364

	2015		2014	
	RS	%	RS	%
Depósitos:				
Em 30 de junho de 2015 e 2014 os depósitos a prazo estavam sendo remunerados à taxa que variam de 85% a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), sem restrição de resgate e que possuem a seguinte distribuição de vencimentos:				
Realizável a longo prazo				
De 12 a 24 meses	1.521	3,495	16.430	21,446
De 24 a 36 meses	1.521	3,495	16.4	

	2015	2014
Base de Cálculo da Contribuição Social sobre lucro líquido (CSLL)		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.591	5.774
Adições permanentes - CSLL	55	47
Adições temporárias - CSLL	5.272	1.939
Exclusões temporárias - CSLL	(2.095)	(651)
Base de cálculo antes comp. da base negat. de CSLL	7.823	7.109
Base de cálculo CSLL corrente IRPJ e CSLL	7.823	7.109
Impostos de renda - 25%	(1.942)	(1.763)
Contribuição social - 15%	(1.173)	(1.066)
Incentivos fiscais - PAT	47	43
Incentivos fiscais - Outros	50	43
IRPJ e CSLL provisão corrente	(3.018)	(2.743)
IRPJ e CSLL provisão diferida	-	(1)
IRPJ e CSLL sobre prej. fiscal e base negativa CSLL	-	-
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	1.271	516
IRPJ e CSLL diferidos	1.271	516
Total IRPJ e CSLL registrado no resultado	(1.747)	(2.228)

**b. Movimentação dos créditos tributários:** A movimentação dos créditos tributários no período é como segue:

	Saldo em 01/01/2014		Constituição		Reversão		Saldo em 30/06/2014	
Adições tempor. PCLD	1.117	923	(565)				1.475	
Rec. diferidas	182	2.263	(2.141)				304	
Particip. dos func. no result. (PLR)	73	110	(73)				110	
Ativo fiscal diferido (nota 7)	1.372	3.296	(2.779)				1.889	
<b>Saldo em 01/01/2015</b>	<b>3.479</b>	<b>3.479</b>	<b>(2.639)</b>				<b>3.479</b>	
Adições tempor. PCLD	2.346	3.772	(2.639)				3.479	
Rec. diferidas	312	2.305	(2.263)				354	
Particip. dos func. no result. (PLR)	-	8	-				8	
Conting. Cíveis	-	88	-				88	
Ativo fiscal diferido (nota 7)	2.658	6.173	(4.902)				3.929	

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2015	2014
2014	-	720
2015	1.004	261
2016	1.022	317
2017	794	319
2018	568	192
2019	489	-
Acima 5 anos	52	80
Total	3.929	1.889

O valor presente dos créditos tributários, descontados pela taxa média de captação de 13,65% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$ 3.025 (R\$ 1.537 em 2014 à taxa de 10,90% a.a.). Não existem créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2015 e 2014. **17. Outras despesas administrativas**

	2015	2014
Despesas de processamento de dados	700	705
Despesas de serviços técnicos especializados	662	405
Participação dos Empregados	219	274
Despesas de serviços do sistema financeiro	124	155
Outras despesas administrativas	116	101
Despesas de alugueis	99	98
Despesas de viagem no país	99	84
Despesas de comunicação	97	95
Despesas de depreciação e amortização	77	77
Despesas de contribuições filantrópicas	48	41
Despesas de publicações	47	33
Despesas de manutenção e conservação de bens	27	32
Despesas de transporte	20	16
Despesas de água, energia e gás	17	13
Despesas de promoções e relações públicas	8	9
Despesas de seguros	8	4
Despesas de material	6	6
Despesas de serviços de vigilância e segurança	2	2
Total	2.376	2.150

**18. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos**

	2015		2014	
	Ativo	Receita	Ativo	Receita
	(Passivo)	(Despesa)	(Passivo)	(Despesa)

Randon S.A. Implementos e Participações				
Dépis. a prazo (Passivo)	(14.953)	(868)	(23.720)	(1.118)
Dívida Subord. (Nota 12)	(70.652)	(3.946)	(63.192)	(2.992)

**Outras empresas do Grupo Randon**

Bônus por financ. (Result. de exer. futuros) (*)	(886)	-	(759)	-
Rec. de bônus por financiamento	-	5.655	-	5.340
Total	(86.491)	841	(67.671)	1.230

(\*) Refere-se a bônus pago pelas empresas do Grupo Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de

financiamento de Vendor, Compror (Floor Plan), CDC e Finame. As operações com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. **b. Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 582 (R\$ 555 em 2014), referente à benefícios de curto prazo. O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração. **19. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 30

de junho de 2015 e 2014 não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. **20. Limite operacional (Acordo da Basileia):** As instituições financeiras devem manter permanentemente capital (Patrimônio de Referência), compatível com os riscos de suas atividades. O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração, com efeito, a partir de 1º de outubro de 2013. O requerimento mínimo de PR corresponde atualmente a 11% do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). O RWA é calculado considerando no mínimo, a soma das exposições ao risco de crédito (RWACPAD), das exposições ao risco de mercado (RWAMPAD) e do capital requerido para o risco operacional (RWAPAD). O índice de Basileia do Banco Randon para 30 de junho de 2015 é de 33,16%, apurado conforme Circular nº 3.678/13. (32,65%, apurado conforme a Circular nº 3.477/09 em junho de 2014). **21. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital:** A área de Riscos do Banco Randon em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012, destacam os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos Operacionais, de Mercado, de Crédito, de Capital e de Liquidez utilizadas pelo Banco Randon. As descrições completas destas estruturas encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.bancorandon.com.br. **Risco de Crédito:** O risco de crédito conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, corresponde à possibilidade de perdas financeiras pela Instituição decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, a Instituição adota políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis. **Risco de Mercado:** Risco de mercado conforme Resolução CMN nº 3.464/2007 tem como objetivo apurar valor relativo ao descaçamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, sendo o seu valor reservado no patrimônio de referência. As exposições de risco de mercado do Banco Randon são controladas e administradas através da gestão dos descaçamentos de moedas, vencimentos e taxas de juros. **Risco Operacional:** A Resolução CMN nº 3.380/2006 dispõe sobre a implementação de estrutura de gerenciamento do risco operacional das instituições financeiras. O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Com a finalidade de gerir e mitigar o risco operacional, a área de Riscos do Banco Randon mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no mapeamento dos eventos de perda, além de mensurar os impactos de perda operacional. **Risco de Liquidez:** A Resolução nº 4.090/2012 dispõe sobre a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, que é representado por descaçamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos. afetando a capacidade financeira de o Banco honrar suas

obrigações. A área de Tesouraria diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, monitora a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios. **Gerenciamento do Capital** O gerenciamento de Capital conforme Resolução 3.988/2011 compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Banco está sujeito. A estrutura de gerenciamento do Banco Randon planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações. **22. Cobertura de seguros:** Em 30 de junho de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$ 336 para danos materiais (R\$ 365 em 2014). **23. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários:** O Banco Randon é um dos patrocinadores do RANDPONPREV - Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização. O Plano de pensão RANDPONPREV é avaliado anualmente a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. A última avaliação atuarial foi concluída em dezembro de 2014 para a data-base de 31 de dezembro de 2014 e realizada pelos atuários independentes Tower Watson Foster & Crosby Ltda. As contribuições efetuadas no período montaram R\$ 100 (R\$ 93 em 2014). O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2014 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do período foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada. O Banco oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições sejam feitas a fundos separados dos fundos próprios da Instituição. Para o semestre findo em 30 de junho de 2015 não houveram mudanças significativas no plano, no número de participantes e nas premissas que compõem a base atuarial em relação aquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2014. **24. Outras informações:** Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável com vigência a partir de 1º de setembro de 2015, entretanto, ainda requer a aprovação pelo Congresso Nacional, para ser convertida em lei e seus respectivos impactos serão refletidos contabilmente a partir da entrada em vigor. Os efeitos estimados dessa mudança de alíquota, considerando as informações na data-base de 30 de junho de 2015, são positivos por volta de R\$ 232.

**Conselho de Administração**  
**Alexandre Randon** - Presidente  
**Astor Milton Schmitt** - Vice-presidente; **Erino Tonon** - Conselheiro

**Diretoria**  
**Joarez Jose Piccinini** - Diretor Superintendente  
**Jaime Marchet** - Diretor Administrativo; **Geraldo Santa Catharina** - Diretor Comercial

**Contador**  
**Deise Cristina Misturini**  
 CRCRS 073569/O-0

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco Randon S.A. Caxias do Sul - RS Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras:** A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo

Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determina como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demon-

trações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de

auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Porto Alegre, 21 de agosto de 2015